

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE PEDAGOGIA

RAQUEL FERNANDES MARTINS

**A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL EM CIRCULAÇÃO NA
REVISTA NOVA ESCOLA (1996/1997)**

MARINGÁ

2014

RAQUEL FERNANDES MARTINS

**A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL EM CIRCULAÇÃO NA
REVISTA NOVA ESCOLA (1996/1997)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora:

Prof^a. Dra. Elaine Rodrigues

MARINGÁ

2014

RAQUEL FERNANDES MARTINS

**A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL EM CIRCULAÇÃO NA
REVISTA NOVA ESCOLA (1996/1997)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia sob a apreciação da seguinte banca examinadora:

Aprovado em: 06/11/2014

Prof^a. Dra. Elaine Rodrigues
(Orientadora)

Prof. Ms. Samilo Takara
(Banca examinadora)

Prof. MS. Ivone Pingoello
(Banca examinadora)

A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL EM CIRCULAÇÃO NA REVISTA NOVA ESCOLA (1996/1997)

RESUMO

Esta pesquisa apresenta como objetivo geral identificar o discurso educacional, relacionado à infância e a educação infantil presente nos artigos e tópicos publicados na revista especializada educacional intitulada Nova escola. O marco inicial é o ano de 1996, quando se promulgou a LDB nº. 9.394/96 que define a educação infantil como responsabilidade do Estado, e marco final o ano de 1997. A intenção é verificar possíveis matérias publicadas na seção artigos sobre educação infantil que tenham relação com a LDB. Como objetivo específico, procuramos, primeiramente, identificar discursos que versem sobre a infância e a educação infantil tomado como responsabilidade do Estado, além de, interpretá-los à luz de autores representativos para o campo de estudos e pesquisas que se está adentrando: o da educação escolar infantil. Trata-se de uma pesquisa que toma a imprensa especializada em educação e ensino como fonte, cuja metodologia se faz sobre a leitura analítica dos exemplares da revista Nova Escola, bem como o esquadramento da seção artigos. A fonte escolhida foram os 17 números – de 92 a 108 – da Revista Nova Escola no período de 1996/1997, com o objetivo de responder à seguinte problematização: Quais são as características do discurso educacional acerca da infância e da educação infantil que podem ser apontados como mais recorrentes nos artigos que estiveram em circulação na Revista Nova Escola no referido período. Desta forma, este estudo aponta para três tipos de discursos identificados nos artigos analisados, sendo um de caráter econômico, um pedagógico e outro político, além de fazer várias referências de seus artigos à LDB.

Palavras-chave: História da Educação. Revista Nova Escola. Imprensa Pedagógica. Discurso Educacional. Infância.

CHILDHOOD AND CHILD EDUCATION IN CIRCULATIONS ON THE MAGAZINE NEW SCHOOL (1996/1997)

ABSTRACT

This research has as objective to identify the educational discourse, related to childhood and the early childhood education present in articles and topics published in the educational magazine titled new school. The starting point is the year of 1996, when it enacted the LDB n. 9,394/96 whas enacted, wich defines child education as the State responsibility, and ending point is in the year of 1997. The intention is to check possible materials published on the section articles on early childhood education that have relationship with the LDB. As a specific objectivel, we seek, firstly, to identify discourses that deal with childhood and the childhood education taken as responsibility of the State, as well as, to interpreting them according to representative authors for the field of study and researches of the copies of the magazine New School, as well as a full exploration of the section articles. The chosen source were the 17 numbers

– from 92 to 108 – from de magazine New School in the period of 1996/1997, with the objective of answering to the following questioning: What are the characteristics of the educational discourse on childhood and child education that can be pointed as recurrent in the articles that were in circulation on the magazine New School at the time. Thus, this study points out to three discourses identified on the analyzed articles, being one of economical character, one of pedagogical character, and the other of political character, in addition to making several references of its articles to LDB.

Keywords: History of Education. New School Magazine. Educational Press. Educational Discourse. Childhood.

Introdução

A prensa tipográfica, no século XVI, segundo Postman (1999, p. 44), impulsionou a criação do conceito de infância, pois até que se iniciou a publicação de livros, a criança estava presa ao mundo adulto e não tinha um tratamento diferenciado como tem atualmente.

É fundamental entender que a criança nem sempre fora tratada de forma diferente do adulto e que esta transformação deu-se a partir do século XIII, quando se começou a descobrir a infância. A evolução desse conceito deu-se no decorrer dos séculos XV e XVI acompanhada pela história da arte e pela iconografia, mais significativamente no fim do século XVI e durante o século XVII (ARIÈS, p. 28, 1981).

A imprensa pedagógica¹, que deve ser compreendida como veiculadora de determinados interesses, torna-se um mecanismo para delinear o conceito de infância por meio de suas ideias impressas, principalmente, no campo da educação escolar.

De acordo com Foucault (2007, p. 44), “[...] todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”. No entanto, é no

¹ Silva (2014) que compreende a imprensa pedagógica como veiculadora de determinados interesses, ressaltando que o conteúdo em circulação na Revista Nova Escola não é desprezioso ou imparcial.

sistema de educação escolar que emerge esta pesquisa, pois a Revista Nova Escola veicula opiniões de interesse de seu grupo e compreendê-las faz parte deste estudo.

Com base na ideia de que não existe discurso neutro e de que, conforme Chartier (2002, p. 17), “as percepções do social não são, de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) [...]”, esta pesquisa apresenta como objetivo geral identificar o discurso educacional, relacionado à infância e a educação infantil presente nos artigos e tópicos publicados na revista especializada educacional intitulada Nova escola. O marco inicial é o ano de 1996, quando se promulgou a LDB nº. 9.394/96, aprovada em 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, que define a educação infantil como responsabilidade do Estado, no entanto, em primeiro lugar, da família, e final o ano de 1997, período imediato após tal acontecimento, à intenção é verificar possíveis matérias publicadas na seção artigos que tenham relação com a questão apontada acima.

Os objetivos específicos que norteiam esta pesquisa são identificar discursos que versem sobre a infância e a Educação Infantil tomados como responsabilidade do Estado e interpretá-los à luz de autores representativos para o campo de estudos e pesquisas que se está adentrando. Trata-se de uma pesquisa que toma a imprensa especializada em educação e ensino como fonte com metodologia baseada na leitura analítica dos exemplares da revista Nova Escola, bem como o esquadramento da seção artigos. A fonte desta pesquisa compreende todos os números da revista Nova Escola publicados no período de 1996 a 1997.

Este estudo pretende caracterizar o discurso educacional acerca da infância e da educação infantil que podem ser apontados como mais recorrentes nos artigos que estiveram em circulação na Revista Nova Escola dentre nosso recorte temporal.

Atualmente, no Brasil, há um grande número de revistas especializadas em educação de ensino em circulação, cada uma apresenta um perfil, propostas e público alvo diversificado, porém, muitas vezes, com relevantes semelhanças. O que todas elas têm em comum é a apresentação de um

discurso diretor e peculiar de sua propriedade, ou seja, todas elas buscam atingir suas próprias finalidades, sejam de ordem política, social ou cultural, que ficam implícitas em suas matérias impressas.

Para Carvalho e Faustino (2012), a década de 1990 foi rica em reformas educacionais, tanto no Brasil, como mundial, sendo que a própria LDB de 1996 foi resultante destas discussões acerca da educação, bem como o Plano Nacional de Educação (PNE)². Estes documentos tiveram importância fundamental no modo de se fazer educação no país, por isso, esta pesquisa, nos limites de um trabalho de conclusão de curso (TCC), versa sobre o conteúdo destacado nos 18 números selecionados da Revista Nova Escola, a fim de situar a pesquisa no contexto histórico a que se reporta. Devido ao tema ser bastante amplo, a pesquisa faz um recorte que abrange somente o que tange a educação infantil no Brasil no referido período.

O interesse em pesquisar o tema proposto se justifica por tratar-se de um assunto de interesse para os professores de ensino fundamental que trabalham com crianças, pois é essencial que o professor seja crítico em sua leitura e seletivos em suas atividades aplicadas aos alunos, e pela necessidade de se saber quais eram as características dos discursos educacionais, relacionados à infância, inseridos na Revista Nova Escola, no período de 1996 a 1997. Pois, a década de 1990 tratou da educação de forma “acalorada”, fornecendo, a nível mundial, documentos oficiais que regulamentariam todo o processo educacional, o que reverberou sobre a produção de impressos educacionais e a Revista em estudo aí se encaixa.

O professor pedagogo precisa ter um olhar crítico para poder identificar que tipos de opiniões estão inseridos em seus materiais de trabalho, sejam livros didáticos, revistas, periódicos, currículos, guias ou referenciais de educação, pelo fato de, muitas vezes, transmitirem ideias diferentes de suas próprias concepções pedagógicas. Pois é por meio da compreensão de tais exposições discursivas que esses profissionais poderão questionar a qualidade de seus materiais e escolher quais instrumentos educacionais atendam de

² Encaminhado ao Congresso e aprovado em 2001, pela Lei 10.772/2001, continha diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (CARVALLHO; FAUSTINO, 2012, p. 232).

forma eficaz às suas necessidades quanto à atuação profissional, já que os discursos homogeneizadores sobre a história dos homens dificultam a constituição de uma cultura plural pelo universo escolar (RODRIGUES, 2010). Ao ler tais artigos ou tópicos, o leitor deveria ser capaz de interpretá-los, podendo escolher ser ou não influenciado pelos mesmos. Buscando estas inferências, a pesquisa tenta encontrar respostas a essas indagações.

O presente artigo se divide em introdução, duas seções que buscam discutir especificamente tais tópicos a fim de responder à problematização e atingir aos objetivos propostos. A primeira sessão trata-se do histórico da Revista Nova Escola que tem a intenção de familiarizar o leitor com a fonte documental da pesquisa e a segunda sessão aborda a questão principal deste estudo que é discutir e identificar os discursos contidos nos tópicos ou artigos deste impresso pedagógico, e por fim os apontamentos conclusivos.

Histórico da Revista Nova Escola

O site³ oficial da Fundação Victor Civita informa que este impresso pedagógico é de sua produção cuja missão é “contribuir para a melhoria da qualidade da Educação Básica no Brasil, produzindo conteúdos que auxiliem na capacitação e valorização dos professores”. O Sítio da Revista informa que é vencedora de vários prêmios educacionais, nacionais e internacionais, entre eles: o Prêmio *Periodismo para la Tolerância*, da Federação Internacional de Jornalistas, em 2004, 2006, 2007; Prêmio da 9º Bienal Brasileira de Design Gráfico, em 2009; Prêmio Ayrton Senna Destaque Educação, Prêmio Andifes de Jornalismo com “A Origem do Sucesso e do Fracasso escolar” e Prêmio ABED SENAI com a reportagem “Vale a pena entrar nessa?”, em 2010.

O sítio esclarece que “Victor Civita foi um dos empresários mais bem sucedidos da história recente do país”. Explica que foi ele quem “inventou o negócio de revistas no país”, sendo considerado o inventor do setor de revistas como um negócio lucrativo, fundando o maior grupo editorial brasileiro, a Editora Abril, em 1950. Em 1985 criou a Fundação Victor Civita com a intenção

³ www.fvc.org.br

de lutar “por um país onde não faltassem escolas, bons professores, incentivo ao trabalho docente e materiais de apoio às práticas pedagógicas”.

A Revista Nova Escola surge em 1986 como um sonho de Civita que se realizava antes de sua morte em 24 de agosto de 1990. Silva (2014, p. 39), informa acerca do mapeamento as regiões em que é distribuída a Revista Nova Escola:

[...] a Revista Nova Escola é distribuída às regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste do Brasil. A maior distribuição da Revista Nova Escola concentra-se na região Sudeste que se soma metade de toda a distribuição nacional. Na sequência a região Nordeste com 24%, a região Sul com 13%, o Centro-Oeste com 7% e por fim a região Norte com 6% da distribuição brasileira. A Revista Nova Escola tem ainda abrangência internacional, pode ser distribuída por meio de assinatura de qualquer parte do mundo pelo preço de U\$\$ 63,20.

De acordo com Silva (2014, p. 38), a pesquisa realizada pela Projeção Brasil de Leitores Consolidado 2011, publicada em Agosto de 2012, revela que a tiragem da Revista Nova Escola aproxima-se de 682.614 exemplares por mês. Deste total, 322.281 são de assinaturas, 36.136 são de vendas avulsas e 324.197 adquiridas pelo convênio com o Fundo Nacional de Educação (FNDE). Nesse sentido, Silva (2014) esclarece que:

Nova Escola surge em março de 1986. Caracterizado, pelo número de tiragem por esta pesquisa, como o principal impresso pedagógico da Fundação Victor Civita, uma Fundação pertencente ao Grupo Abril, o referido impresso se posiciona como contribuinte para a qualidade do Ensino Fundamental, prioritariamente das escolas públicas (SILVA, 2014, p. 32).

Este impresso declara, desde sua nomenclatura, “[...] a intenção de transmitir um sentido de inovação no campo da educação”. Sendo o maior impresso sobre Educação publicado no país e a segunda revista do grupo Abril com maior tiragem. Além da versão impressa, desde 2006 começou a ser publicado em edições online, disponibilizando conteúdos gerais acessíveis a todos, com seções restritas a assinantes, ou, para quem adquire a edição: “[...] no formato digital a revista recebe mensalmente 1 milhão de acessos”. (SILVA, 2014, p. 37).

Seguindo essa discussão, pode-se compreender que a Revista Nova Escola, de acordo com a tiragem significativa já mencionada, tem a capacidade de atingir muitos leitores e isso “[...] soma-se o fato de interpelar diretamente o professor no exercício cotidiano de sua função, mesmo porque a terça parte de sua distribuição além de ser gratuita, ocorre no espaço escolar” (RAMOS, 2009, p. 6). Além, disso, lida diretamente com o cotidiano escolar, onde é comum encontrar “professores e estagiários folheando os fascículos da revista em busca das últimas “novidades” (RAMOS, 2009, p. 6).

Portanto, tais dados revelam que a tiragem deste impresso é relevante e por se tratar de uma ferramenta pedagógica disponível em escolas públicas de todas as regiões do Brasil, é interessante identificar os discursos inseridos que versem sobre a infância e a educação infantil e fazer sua interpretação conforme o segmento da pesquisa.

Análise do discurso

A EDUCAÇÃO NO BRASIL NA DÉCADA DE 1990

A década de 1990 apresentou grandes reformas educacionais no Brasil e no mundo originando documentos oficiais de governos, nacionais e internacionais, surgiram com o objetivo de melhorar a educação no país, ampliar o acesso e garantir a permanência dos alunos nas escolas, sobre isto, Carvalho (2012, p. 224) contribui:

A partir dos anos 1990, as reformas educacionais brasileiras tiveram como arautos os organismos multilaterais. Por esse motivo, é importante abordar as propostas para a educação presentes em alguns dos principais documentos então produzidos.

Fazem parte dos principais documentos nacionais que vieram com o intuito de exigir mais qualidade à educação: a LDB nº. 9.394/1996 que em seu Art. 1º, parágrafo 1º informa: “Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias”,

desta Lei originou o Plano Decenal para a Educação (PNE), em 2001; e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS), em 1997, que serviria como referencial de apoio para as quatro primeiras séries do ensino fundamental. Desta forma, estes documentos atenderam ao que havia sido resolvido consensualmente na Declaração Mundial de Educação para Todos, durante a:

Conferência de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, convocada por quatro agências internacionais: UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura), UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e Banco Mundial. Desta conferência, resultaram posições consensuais, sintetizadas [...]. Sua finalidade era a universalização da educação básica como direito de todos e condição para a cidadania e para o desenvolvimento (CARVALHO, 2012, p. 224).

Ao relacionar a Revista Nova Escola com estes documentos, pode-se notar que há intenções dentro das propostas pedagógicas deste impresso educacional que direcionam ao atendimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)⁴ e da LDB no sentido político-social. De acordo com Silva (2014, p. 220): “[...] a Revista Nova Escola é um lugar de produção de sentido, pois visa um leitor sob determinadas intenções ou finalidades [...]”.

Nos anos 1990, o Brasil passava por um processo de transformação na educação escolar. O discurso do Governo Collor (1988/1992) e Fernando Henrique Cardoso (1996-2000) era neoliberal, e a política do Estado Mínimo era dominante tanto na economia do país como na educação. Sendo que a privatização e terceirização seriam os meios pelos os quais o Estado atuaria ou interviria nas questões sociais, principalmente a partir de 1995, quando se criou o Plano Diretor da Reforma do aparelho do Estado, assim,

nesse processo, o Estado vai delineando seu novo perfil: deixa de se provedor e executor direto dos serviços públicos, para desempenhar um papel regulador, reservando-se o direito de conceber, programar, acompanhar, avaliar e fiscalizar o desempenho e os resultados. Ao assumir essas novas funções, delega responsabilidades administrativas e financeiras às instâncias gestoras do sistema e as próprias escolas, instituindo a “gestão” compartilhada e incentivando “parcerias”

⁴ Diretrizes emitidas pelo Governo Federal que orientam o cotidiano escolar a fim de dar subsídios aos educadores quanto à sua prática pedagógica.

entre as diferentes instâncias de governo, a sociedade civil e o setor privado (CARVALHO, 2012, p. 216).

Por isso, esta política de “descentralização administrativa” foi uma estratégia para tirar do Estado a responsabilidade de desempenhar seu papel de mantenedor da escola pública, sendo que a própria LDB estabelecia a educação como obrigação da família em primeiro lugar, depois do Estado.

TÓPICOS E ARTIGOS DA REVISTA NOVA ESCOLA (1996/1997): QUE IDEIAS TRANSMITEM?

Para a elaboração deste estudo, são selecionados alguns excertos dos artigos publicados por esta imprensa pedagógica a fim de serem analisados. O critério utilizado para esta seleção é a pertinência dos artigos e/ou tópicos com o tema da pesquisa.

De 1995 a 1997, a Revista Nova Escola, de acordo com Silva (2014, p. 36), sofreu transformações para se adequar às Tecnologias, Informática e Comunicação (TIC's) que faziam parte das principais temáticas que deveriam ser abordadas em todos os segmentos disciplinares. Assim, os planos de aula sugeridos pela Revista, neste período, tratavam das TIC's com ênfase, por isso, alguns dos artigos e tópicos utilizados para esta pesquisa também contém este tema.

Para Gil (2010), toda atividade racional e sistemática exige que as ações realizadas durante o seu processo sejam planejadas, ou seja, o planejamento é a primeira fase da pesquisa. Esta pesquisa tenta seguir um planejamento coerente, pois apresenta problematização e busca atingir objetivos propostos de forma sistematizada.

Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema (GIL, 2010, p. 10).

Os dados fragmentados da Revista Nova Escola foram ordenados para representar respostas à problematização da pesquisa, e estão organizados nos quadros a seguir:

QUADRO COM DADOS REFERENTES AO ANO DE 1996			
Nº	MÊS	TÓPICO OU TÍTULO DE ARTIGO	EXCERTOS
92	Abr	Mudança de baixo para cima (p. 27)	A interdisciplinaridade não mexe só com os conteúdos curriculares, mas exige uma mudança de postura do professor, que precisa estar aberto a críticas para melhorar seu trabalho (p. 27).
		A vida dos alunos é o material didático (p. 48)	O professor responsável, com vontade de acertar, que trata os alunos com carinho e respeita suas individualidades, é capaz de superar as carências de uma escola (p. 48).
		Escola: o que os pobres esperam dela (p. 49)	O inquietante é que foi detectada uma grande distância entre o que essa população espera da escola e o que os professores ensinam (p. 49).
93	Mai	Escravize o micro à Pedagogia (p. 44)	A professora é que deve adequá-lo ao que pretende fazer. Qualquer atividade com informática só vai dar certo se estiver apoiada em um bom projeto de ensino, que determine por que e como usar o computador (p. 44).
94	Jun	O passado aqui e agora (p. 16)	Trabalhe com fatos, não com conceitos. Procure responder cinco perguntas básicas: quem, quando, onde, como, por quê (p. 17)
		40 Livros essenciais para seus alunos (p.33)	Cuidado com os clássicos (p. 33)
95	Ago	Descubra seu lado Piaget (p.13)	Trocar a prática tradicional por uma linha de ensino construtivista não é uma tarefa simples para o professor (p. 13)
			Entender que a criança constrói seu próprio conhecimento não torna o professor dispensável (p. 13)
96	Set	Brincar é um direito da criança. Deixe a turma se divertir em classe e aprenda a usar essa atividade nas aulas (p. 8)	“Brincar é um exercício espontâneo”, define. “A interferência do adulto deve ser mínima”. (p. 8)
			“Como hoje quase não se brinca na rua, a escola te obrigação de preservar esse direito da infância” (p. 8)
		Como obter o máximo da imaginação infantil com o mínimo de interferência (p. 9)	O controle do adulto precisa ser mínimo. Ele deve apenas criar condições para que as crianças brinquem (p. 9)
		Anime a festa (p. 11)	As crianças se expõem muito quando brincam. Procure não ser repressivo. Sua função é combinar regras e impedir brigas (p. 11).
		Eu e abuse dos brinquedos (p. 12)	Bonecos levam a criança a lidar com sentimentos primários, a representar situações do cotidiano e a manipular suas fantasia (p. 12).
			Bebê: [...] serve para a vivência dos cuidados maternos e dos sentimentos de cuidar e ser cuidado (p. 12).
			Manequim: como a Barbie [...] a criança experimenta funções sociais masculinas e

			femininas (p. 12). Super-herói: estimulam a exploração de ideias e sentimentos opostos, como bem e mal, coragem e medo, vingança e perdão. Conceitos contrários são vitais no mundo infantil (p. 12). Casinha: [...] ajudam a experimentar a função materna e os papéis sociais femininos e masculinos (p. 12).
96		Feira de ciências: o que fazer para montar a sua (p. 24)	Não imponha experiências. Toda criança tem curiosidades que gostaria de explorar (p.24).
97	Out	Cartilhas: Nova safra de publicações troca a silabação por textos do dia-a-dia e já vende 1 milhão de exemplares por ano (p. 10)	De cada quatro exmplares comprados pelo MEC e enviados às escolas públicas, três são da linha antiga. [...] para quem se prepara para o trabalho, qualquer método trará bons resultados” (p. 11).
98	Nov	Adeus, salário-miséria (p. 42)	Pela primeira na nossa história, a função do professor será valorizada com dinheiro (p. 42). Agora eles poderão ganhar dignamente (p.42).
		Eles ditam, você escreve (p. 22)	[...] é o professor quem põe no quadro-negro palavras pronunciadas em voz alta pelas crianças (p. 22).
99	Dez	Professor vai receber novo currículo (p. 46)	O Ministério da Educação planeja entregar a coleção completa dos Parâmetros Curriculares Nacionais para as quatro séries iniciais do primeiro grau até o começo do próximo semestre letivo [...] (p. 48).

Quadro 1: Fontes de Pesquisa

Fonte: Organização da autora (2014) por meio da pesquisa realizada nos acervos descritos – BCE – UEM: Biblioteca Central dos Estudantes – Universidade Estadual de Maringá.

QUADRO COM DADOS REFERENTES AO ANO DE 1997			
Nº	MÊS	TÓPICO OU TÍTULO DE ARTIGO	EXCERTOS
100	Mar	O que a LDB vai mudar no ensino (p. 44)	Depois de oito anos de debates, a Lei de Diretrizes e Bases está em vigor, mas algumas normas só vão valer daqui a uma década (p. 44).
		Ensino básico com os municípios (p.45)	Agora é lei: creches, pré-escolas e principalmente, o primeiro grau passam a ser obrigações dos municípios (p. 45)
		Mais democracia nas escolas (p. 45)	Os professores devem participar da elaboração e execução da proposta de ensino (p. 45).
		Ensino em bom estado (p. 46)	Uma nova política para a educação está mudando para melhor as 17.700 escolas de primeiro grau da rede pública mineira (p. 46)
101	Abr	Olhe o palavrão: decida como lidar com essa realidade (p. 23).	Professor não pode dizer palavrão. Sua missão é enriquecer o vocabulário das crianças e ensinar-lhes a língua culta (p. 23).
102	Mai	Qualidade à vista: Entenda a estratégia do MEC por trás das novidades legislativas e administrativas dos últimos dois	“Antes de chegarmos ao governo, preparamos um diagnóstico mostrando que os principais problemas da educação estão nas oito séries do

		anos para a educação básica e fique por dentro do que ainda está por vir (Capa)	primeiro grau e na qualidade do que é ensinado nas salas de aula” (p. 8)
		Entenda por que uma nova era pode se abrir para a educação básica se tudo correr conforme a estratégia do MEC (p. 8)	O MEC trabalha duro [...] (p. 8)
		Adeus às velhas desculpas (p. 9)	A professores mais bem pagos pode-se pedir melhor desempenho (p. 9).
		Salário-educação pouca sem escalas na sala de aula (p. 10)	Agora, a escola pôs a mão num bom dinheiro, suficiente para pagar cursos de qualificação para professores e ainda comprar computadores e carteiras escolares (p. 10)
			Os recursos do salário-educação são um bom exemplo do lado descentralizador da estratégia do MEC (p. 10)
		A Lei de Diretrizes e Bases põe ordem no mundo da educação (p. 12)	A LDB deverá influir profundamente na educação brasileira (p. 12).
		Parâmetro curricular e capacitação do professor (p. 13)	Em resumo, para o MEC, quanto mais o professor incentivar a curiosidade do aluno, melhor (p. 13)
103	Jun	Flexibilização (p. 44)	A ideia é reorganizar as disciplinas, humanizar e racionalizar a reprovação, reduzir a evasão, levantar a autoestima do aluno, melhorar o desempenho do professor e tornar mais produtivo o investimento (p. 44).
104	Ago	As lições dos mestres mirins (p. 49)	Alunos dão monitoria em Matemática e Português a colegas com dificuldades (p. 49)
		Os supertestes aplicados aos alunos revelam os problemas da escola, mas não curam as doenças dela. Só ajudam se forem empregados em ações sobre a educação (p.10)	Diferentes métodos: Com isso, cada escola pode tratar de seus próprios problemas (p. 10).
		Ingredientes da escola eficaz (p. 11)	Participação da família e da comunidade escolar (p. 11).
		Ouviram ou não ouviram do Ipiranga? (p. 25)	Em algumas escolas, cantar o hino e comemorar datas cívicas são atos suspeitos de ter parentesco com aquele mau nacionalismo da ditadura militar (p. 25).
		A ressaca (p. 25)	Nos 21 anos em que durou, a ditadura militar usou os símbolos nacionais como de fossem dela (p. 25)
105	Set	Multidisciplinaridade: esqueleto dá vida à escola (p. 26)	Os restos de um cavalo morto são usados com sucesso para dar aulas de várias disciplinas na zona rural do Distrito Federal (p. 26).
106	Out	Interdisciplinaridade (p. 19)	Todos a bordo da cápsula do tempo: da creche ao terceiro ano colegial, viajando por diferentes disciplinas, alunos deixam registros presentes para colegas do futuro (p. 19).
107	Nov	Os pais respondem à chamada (p.	O Paraná sai na frente e fortalece as

		38)	APMs, que agora funcionam como braço direito das escolas para receber recursos do governo e auxiliar na administração do ensino (p. 38).
108	Dez	Como a escola está tratando de colocar em pé de igualdade nossas diversidades raciais e de gênero (p.11)	Os PCN destacaram a Pluralidade em um de seus capítulos (p. 11).
		Aceleração tenta recuperar atraso (p. 44)	A aceleração e os ciclos são previstos pela LDB. O ensino acelerado tem caráter emergencial e temporário: é uma espécie de bombeiro contra a reprovação (p. 44).

Quadro 2: Fontes de Pesquisa

Fonte: Organização da autora (2014) por meio da pesquisa realizada nos acervos descritos – BCE – UEM: Biblioteca Central dos Estudantes – Universidade Estadual de Maringá.

Os excertos analisados somam um montante de 38 sendo: 16 retirados de publicações da Revista Nova Escola referentes ao ano de 1996 e 22 de 1997. Como os tópicos e artigos são variados, porém dentro do tema informado, esta pesquisa classifica tais excertos em cinco categorias, apresentados no quadro abaixo, que visam identificar os discursos inseridos nos mesmos:

ANO REVISTA	TOTAL DE EXCERTOS POR CATEGORIAS DE ASSUNTOS				
	LDB	PCNs	PAPEL DO PROFESSOR NA REDE PÚBLICA	A BOA FACE DO GOVERNO FEDERAL	AUTONOMIA DA CRIANÇA
1996	0	2	12	3	7
1997	7	5	4	6	1

Quadro 3: Classificação de assuntos por categoria (Organização da autora).

Por meio destas informações pode-se observar que no ano de 1996 a predominância dos assuntos girava em torno do papel do professor e da formação de um aluno autônomo. Já em 1997, a ideia que predomina é a LDB como elemento decisivo para colocar a educação em “ordem” e a ação do Governo para melhorar a educação no país, isto é interessante considerando que o país tinha adotado a política neoliberal naquele período.

Observa-se que os PCN estão presentes em diversos artigos sugerindo a interdisciplinaridade e a diversidade cultural. A autonomia da criança é uma característica bastante enfatizada pela Revista para se desenvolver na criança, principalmente quando se trata de atividades em que se utiliza brinquedo.

A Revista Nova Escola, por ser um impresso pedagógico voltado ao público docente e não poderia deixar ausente em seus textos às intenções da LDB e seguir suas regulamentações para educação escolar, por isso, há artigos que citavam a lei dentro das propostas pedagógicas sugeridas pelos seus autores.

IDENTIFICAÇÃO DO DISCURSO

Ao ler um artigo ou uma publicação, o leitor está diante de uma ideia de quem o escreveu e que não é neutra, pois transmite uma mensagem com intenção e objetivos. Para Foucault (2007), o discurso pode ser um jogo de escritura e leitura no qual se troca e se põem em jogo os signos, assim,

O discurso nada mais é do que a reverberação diante de seus próprios olhos, e quando, tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si (FOUCAULT, 2007, p. 49).

Baseando-se nesta linha de pensamento, Luiz (2013, p. 2), o discurso não é livre, pois por trás de sua produção há uma série de mecanismos que controlam sua existência. Um desses mecanismos é o espaço no qual está inserido, no qual foi escrito e no qual se circula.

Em suma, o espaço é um lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos – um escrito (CERTEAU, 1998, p.202).

Daí pode-se entender que para um discurso existir precisa haver um tempo e um espaço no qual seja veiculado, lido, entendido e, às vezes, compreendido.

A Revista, por meio de suas matérias publicadas para representar a sociedade na qual se insere, acaba por reproduzir o discurso de um grupo que forja tal representação. Pois, “As representações do mundo social, assim construída, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (CHARTIER, 1986, p.17).

As ideias contidas num discurso nunca são neutras, e sempre produzem estratégias e práticas para impor uma autoridade por meio de seus projetos que justifiquem, ainda, suas próprias escolhas e condutas aos indivíduos, que dela fazem leitura (CHARTIER, 1986, p. 17). Na Revista Nova Escola isso não é diferente, pois tal impresso apresenta ideias articuladas para tender a seus objetivos e intenções.

Analisando os dados levantados nos quadros, verifica-se que há três tipos de enunciados distintos, porém interligados entre si. O primeiro deles é do papel do professor como principal responsável pelos sucessos na educação escolar. O segundo, e, mais forte, é o da criança autônoma, como esperança de futuro, capaz de construir seus próprios conhecimentos, e o último é o do Governo mostrando sua face boa como apoiador da educação.

No primeiro enunciado, pode-se observar que há uma transferência de responsabilidade quase que total ao professor pelo sucesso da educação escolar. Nos artigos intitulados “Mudança de baixo para cima” e “A vida dos alunos é o material didático” publicados no nº 92, “Esqueleto dá vida à escola” presente no 105 e “Todos a bordo da cápsula do tempo” no nº 106, a interdisciplinaridade é colocada como uma forma de se exigir mudança de postura do professor, a fim de que seja mais aberto às críticas para melhorar seu trabalho, além disso, define que “[...] o professor responsável, com vontade de acertar, que trata os alunos com carinho e respeita suas individualidades, é capaz de superar as carências de uma escola (REVISTA NOVA ESCOLA, 1996, nº 92, p. 48). No nº 100 de 1997, o artigo intitulado “Mais democracia nas escolas” coloca sob a responsabilidade do professor, elaborar, executar e propor práticas de ensino.

No segundo enunciado, acerca de se formar uma criança autônoma, tal ideia pode ser verificada nos seguintes artigos: nº 96 de 1996 “Brincar é um

direito da criança: Deixe a turma se divertir em classe e aprenda a usar essa atividade nas aulas e” Anime a festa “; nº 96 “Feira de ciências: o que fazer para montar a sua”; e nº 98 “Eles ditam você escreve”. Todos estes artigos supõem uma criança autônoma, capaz de realizar suas atividades sem muita interferência do professor, além de conferir ao professor o papel de combinar regras ou de apaziguador de brigas, sem impor “experiências” ou ser repressivo.

No terceiro enunciado que supõe o Governo como apoiador da educação tem-se os seguintes artigos: nº 102 “Qualidade à vista: Entenda a estratégia do MEC por trás das novidades legislativas e administrativas dos últimos dois anos para a educação básica e fique por dentro do que ainda está por vir” e “Entenda por que uma nova era pode se abrir para a educação básica se tudo correr conforme a estratégia do MEC” e “A Lei de Diretrizes e Bases põe ordem no mundo da educação”. Tais artigos colocam o Ministério da Cultura e Educação (MEC) e a LDB como instrumentos salvadores da educação, mas principalmente como políticas públicas daquele Governo para a educação, ou seja, neoliberal, porém, excelente para a educação pública.

Todos os sete artigos que citam a LDB informam que sua influência seria profunda para a educação, e em se tratando da educação infantil, a Revista Nova escola utiliza as orientações destas diretrizes para sugerir planejamentos de aulas com temas sobre a diversidade, interdisciplinaridade e a utilização das TIC’s dentro das escolas.

A LDB apesar de estabelecer a educação infantil como sendo de responsabilidade do Estado, não especificou nada além de sua finalidade, ou seja, não houve nenhuma diretriz que detalhasse sobre como seria esta educação e de que forma seria posta em prática, por isto, a educação infantil ainda ficou sem objetivos pedagógicos claros no ano de 1997:

No que diz respeito à *educação infantil* (Seção II, artigos 29 a 31), ali se limita a indicar sua finalidade (art. 29), a sua organização em creches, para crianças de até três anos de idade e em pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos (art. 30) e que a avaliação será feita pelo acompanhamento e registro de desenvolvimento infantil, sem objetivo de promoção (art. 31). Não consta do texto a regulamentação minuciosa e a

exigência de autorização e supervisão por parte do Município ou do Estado [...] (SAVIANI, 2006, p. 211).

Portanto, no último enunciado que apresenta a boa intenção do Governo em face da história da educação, traz consigo uma lista de elementos contraditórios. Um desses elementos é o próprio formato político que moldava as transações financeiras e sociais da época: o Estado Mínimo. Este era o proceder neoliberal que tentava passar a responsabilidade da educação para a sociedade (privada). Portanto, “[...] assumindo a perspectiva do Estado-mínimo, o aparelho estatal deixou de ser o grande promovedor da educação” (CARVALHO, 2012, p. 208).

Mesmo com essa realidade política no país, a Revista traz matérias de como o Governo estava lidando com a educação no país: “O MEC trabalha duro [...]” (REVISTA NOVA ESCOLA, 1996, N.102, p. 8); “Pela primeira na nossa história, a função do professor será valorizada com dinheiro” (REVISTA NOVA ESCOLA, 1996, N. 98, p. 42); “Ensino em bom estado” (REVISTA NOVA ESCOLA, 1997, n.100, p. 46). Sobre tal enunciado antagônico, compreende-se que:

[...] com efeito, a orientação neoliberal adotada pelo governo Collor e agora pelo de Fernando Henrique Cardoso vem se caracterizando por políticas claudicantes: combinam um discurso que reconhece a importância da educação com a redução dos investimentos na área e apelos à iniciativa privada e organizações não-governamentais, como se a responsabilidade do Estado em matéria de educação pudesse ser transferida para uma etérea “boa vontade pública” (SAVIANI, 2006, p. 230).

Para quem teorizava com pensamento neoliberal, o Estado interventor, que era considerado como “[...] sinônimo de ineficiência, desperdício, privilégios e corrupção” deveria ser substituído pelo Estado-mínimo e a ênfase, na década de 1990 foi a auto-regulação do mercado, ou seja, deveria apenas cuidar dos direitos de propriedade e reforçar os contratos privados (CARVALHO, 2012, p. 212).

Portanto, em todos os artigos selecionados verificou-se uma tendência política (neoliberal) que busca atender aos interesses econômicos do país. Além de uma teoria piagetiana forte no que diz respeito à educação infantil, mostrando que o discurso contido nesses artigos serve de mecanismos de

inserção de ideias nas mentes das pessoas que deste impresso se utilizam, a favor de um grupo que detém o poder de instituir tal discurso.

Conclusão

Em suma, verifica-se a existência de três tipos de enunciados, que formam a base do discurso da revista Nova Escola nos artigos selecionados. Sendo que o primeiro aponta o professor como responsável pelo sucesso escolar do aluno tem caráter econômico, pois ao se passar esta ideia está, também, se afirmando que o bom professor é aquele que trabalha de forma compromissada e busca melhorar a cada dia, independente das condições que a escola lhe ofereça.

No segundo, pode-se observar um caráter pedagógico e social, pois tenta inserir a criança numa sociedade movida pelo Capital de forma mais autônoma, no entanto sem necessariamente tendo que ser crítica.

No último enunciado, é visível que a intenção é mostrar um Governo que trabalha em prol da educação no Brasil, destacando as políticas públicas de forma eficiente e como fator determinante para melhorar o desempenho dos alunos e dos professores em sala de aula.

A LDB, sem dúvida alguma, veio como forte suporte da educação, embora não tenha dedicado um texto mais detalhado sobre a educação infantil, deu à Educação uma nova direção e delinearam suas perspectivas, ficando mais fácil compreender qual deveria ser o papel do Governo nas esferas federal, estadual e municipal e protegeu assim, o direito das crianças de entrarem na escola, porém, ainda hoje, não é capaz de garantir tal direito.

A visão desta pesquisa em relação à Revista Nova Escola é de que realmente ser um impresso pedagógico que adentra sem dificuldades em todas as escolas e em todo território nacional, publica sob influências políticas, pois defende ideologias por meio de suas atividades e pode incutir discursos na sociedade, pois é de fácil acesso e leitura.

Desta forma, a pesquisa investigou, identificou e analisou os discursos conforme os objetivos estipulados. Espera-se que a leitura deste artigo possa contribuir para que mais pesquisas sejam realizadas acerca do mesmo tema e assim abrir outros leques para novas discussões e análises acerca de tal discurso.

Fontes

- REVISTA NOVA ESCOLA, São Paulo, Abril Editora, Ano XI, n. 92, 1996.
- REVISTA NOVA ESCOLA, São Paulo, Abril Editora, Ano XI, n. 93, 1996.
- REVISTA NOVA ESCOLA, São Paulo, Abril Editora, Ano XI, n. 94, 1996.
- REVISTA NOVA ESCOLA, São Paulo, Abril Editora, Ano XI, n. 95, 1996.
- REVISTA NOVA ESCOLA, São Paulo, Abril Editora, Ano XI, n. 96, 1996.
- REVISTA NOVA ESCOLA, São Paulo, Abril Editora, Ano XI, n. 97, 1996.
- REVISTA NOVA ESCOLA, São Paulo, Abril Editora, Ano XI, n. 98, 1996.
- REVISTA NOVA ESCOLA, São Paulo, Abril Editora, Ano XI, n. 99, 1996.
- REVISTA NOVA ESCOLA, São Paulo, Abril Editora, Ano XII, n. 100, 1997.
- REVISTA NOVA ESCOLA, São Paulo, Abril Editora, Ano XII, n. 101, 1997.
- REVISTA NOVA ESCOLA, São Paulo, Abril Editora, Ano XII, n. 102, 1997.
- REVISTA NOVA ESCOLA, São Paulo, Abril Editora, Ano XII, n. 103, 1997.
- REVISTA NOVA ESCOLA, São Paulo, Abril Editora, Ano XII, n. 104, 1997.
- REVISTA NOVA ESCOLA, São Paulo, Abril Editora, Ano XII, n. 105, 1997.
- REVISTA NOVA ESCOLA, São Paulo, Abril Editora, Ano XII, n. 106, 1997.
- REVISTA NOVA ESCOLA, São Paulo, Abril Editora, Ano XII, n. 107, 1997.
- REVISTA NOVA ESCOLA, São Paulo, Abril Editora, Ano XII, n. 108, 1997.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 6ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011.

BRASIL. **Parâmetros Nacionais Curriculares**. Disponível em: www.portal.mec.gov.br. Acesso em 20 mai./2014.

ARIÈS, P.. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

CARVALHO, E. J. G. **Políticas públicas e gestão da educação no Brasil**. Maringá: Eduem, 2012.

CARVALHO, E. J. G. ; FAUSTINO, Rosângela C. (orgs.). **Educação e diversidade cultural**. 2. ed. Maringá: Eduaem, 2012.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

FOUCAULT, M.. **A ordem do discurso**. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

Fundação Civita. Disponível em: www.fvc.org.br. Acessado em 10 abr./2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LUIZ, F.. **O conceito de saber na epistemologia política de Michel Foucault**. Marília-SP: UNESP, 2013.

POSTMAN, N.. **O Desaparecimento da Infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

Revista Nova Escola. Disponível em: www.revistaescola.abril.com.br. Acessado em 10 abr./2014.

SAVIANI, D.. **A nova lei da educação LDB: trajetória, limites e perspectivas**. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

RAMOS, M. E. T. **O ensino de História na Revista Nova Escola (1986 – 2002): cultura midiática, currículo e ação docente**. 2009. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Curitiba: UFP, 2009.

RORIGUES, E. [org.]. **História da Infância no Brasil**. Maringá: Eduem, 2010.

SILVA, E. A. R.. **A Revista Nova Escola e o ensino de história: em circulação uma proposta de currículo não formal (1997 a 2006)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual d Maringá, Maringá. Maringá: UEM, 2014.